

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



*Esta seção trata dos primeiros escândalos de corrupção do governo Bolsonaro, envolvendo o pagamento de recursos do fundo público de campanha a candidatos laranja, para repasse a outros candidatos. Aborda também o caso Queiroz, que envolve movimentação suspeita de recursos do ex-assessor do então deputado estadual Flávio Bolsonaro, incluindo nomeação de milicianos no gabinete. Por fim, a composição das mesas diretoras e as presidências de comissões permanentes na Câmara dos Deputados e do Senado Federal.*

## **Bolsonaro: a safra de laranjas será maior neste ano**

Esta poderia ser uma boa notícia para o setor agrícola, mas infelizmente não se trata disso. Passadas as eleições que deram a vitória a Jair Bolsonaro, do PSL, sob fortes acusações de uso ilícito de propaganda eleitoral pelas redes sociais, vieram à tona os primeiros escândalos de desvios de verba do PSL e, conseqüentemente, do novo governo.

Já em dezembro, um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou uma série de transações financeiras suspeitas em contas de Fabrício Queiroz, totalizando movimentação de 1,2 milhão de reais em uma conta de Fabrício Queiroz, ex-policia, segurança, motorista e assessor parlamentar do senador eleito Flávio Bolsonaro, filho do presidente.

A conta de Queiroz também registrava um cheque de 24 mil reais à primeira-dama Michelle Bolsonaro, que, segundo explicações de Jair Bolsonaro, se referia ao pagamento de parte de uma dívida de 40 mil reais de Queiroz com a família do presidente.

A movimentação financeira de Fabrício Queiroz também mostrou que funcionários do gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio de

Janeiro (Alerj) repassavam no dia do pagamento ou até três dias depois um percentual de seus salários para a conta de Queiroz, também acusado de indicar a contratação de parentes do ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (Bope) Adriano Magalhães Nóbrega, um dos líderes da milícia que atua na comunidade de Rio das Pedras, para o gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro.

Com base nos relatórios do Coaf, as movimentações financeiras de Fabrício Queiroz chegaram a 7 milhões de reais, e o Ministério Público abriu procedimento e investigação criminal contra ele, que alegou motivos de saúde e não compareceu aos depoimentos marcados para explicar sua movimentação. Essa explicação foi dada em entrevista ao SBT, na qual Queiroz disse que os mais de 1,2 milhão de reais que passaram por sua conta eram provenientes de negócios de venda de automóveis.

Os depósitos de funcionários do gabinete de Flávio Bolsonaro na Alerj não foram explicados. A Polícia Federal suspeita de um esquema de nomeação de funcionários fantasmas e devolução de parte dos salários para deputados e servidores.

Poucos dias depois, relatório Coaf acusou o senador

eleito Flávio Bolsonaro de ter recebido 96 mil reais por meio de 48 depósitos de 2 mil reais feitos em um caixa eletrônico da Alerj. Em entrevista à TV Record, Flávio afirmou que as movimentações em sua conta bancária se referem à compra e venda de imóvel e que os 48 depósitos eram referentes a esse imóvel.

Flávio Bolsonaro também não compareceu ao depoimento marcado pelo Ministério Público para se explicar, mas antecipou-se a pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para suspender as investigações, o que foi negado pelo ministro Marco Aurélio Mello. No final de janeiro, a Corregedoria-Geral da União, órgão integrante da Controladoria-Geral da União, passou a decidir diretamente pelo arquivamento de investigações. Indiretamente, Flávio Bolsonaro pode vir a ser beneficiado por essa alteração.

Somado ao caso que envolve diretamente a família Bolsonaro, outros escândalos de repasses ilegais de verba pública para candidaturas laranjas do PSL, o partido de Bolsonaro, já vieram a público nesses primeiros cinquenta dias de governo.

O primeiro deles envolve um esquema de candidaturas laranja do PSL de Minas Gerais, comandado pelo ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. O partido repassou 279 mil reais do fundo de campanha para quatro candidatas a deputadas em Minas Gerais, que devolviam o dinheiro em seguida. A denúncia foi confirmada pela candidata a deputada estadual e professora aposentada Cleuzenir Barbosa, que recebeu 60 mil reais do PSL e deveria transferir 30 mil para a conta de uma gráfica.

Em Pernambuco, o esquema envolveu um desvio de mais de 1,2 milhão de reais de verba do fundo de campanha do PSL para candidaturas laranjas, repassados para pagamento de serviços gráficos. O esquema revelado envolvia a candidata a deputada estadual Maria de Lourdes Paixão, a terceira maior beneficiada com verba do PSL em todo o país, que obteve apenas 274 votos. Ela recebeu 400 mil reais do fundo eleitoral de campanha e devolveu 380 mil reais para a gráfica Vidal Assessoria e Gráfica Ltda., pertencente a Luís Alfredo Vidal, dirigente do partido em Pernambuco e amigo da família Bolsonaro.

O escândalo foi o estopim que motivou o desentendimento entre o filho de Bolsonaro Cláudio e Gustavo Bebianno e levou à demissão do então

ministro da Secretaria-Geral da Presidência, primeira baixa no ministério, alcançada em tempo recorde, só superada pela demissão de Romero Jucá, no ministério de Michel Temer, após vazamento de áudio em que relatava as intenções do golpe que depôs a presidenta eleita Dilma Rousseff.

Mal resolvida a demissão do ministro, surgiu mais um escândalo envolvendo o repasse do fundo público eleitoral do diretório nacional do PSL, desviado para a contratação da empresa Ale Soluções e Eventos, pertencente a Alessandra Ferreira de Oliveira, primeira-tesoureira do partido no Rio de Janeiro, presidido por Flávio Bolsonaro. A empresa recebeu 55,3 mil reais por meio de pagamentos feitos por 42 candidatos da legenda no Estado, das quais 26 tiveram menos de 2 mil votos. Mais da metade do dinheiro enviado a essas candidaturas foi repassado para a empresa Ale e para um escritório de advocacia e beneficiou parentes da tesoureira do PSL no Rio.

Comparados a todos os governos da Nova República, Jair Bolsonaro, que fez da luta contra a corrupção uma das principais bandeiras de sua campanha e pregou uma nova forma de fazer política, é o que apresenta em menor tempo (apenas cinquenta dias) o maior número de escândalos. Até mesmo contra o governo Collor, sabidamente um dos mais corruptos da história recente do Brasil, as primeiras denúncias de corrupção só surgiram após os cem primeiros dias de mandato.

As apurações estão apenas começando, há fortes rumores de agravamento das crises e escândalos que envolvem o desvio de dinheiro público para facilitar a eleição da família Bolsonaro. Ao que tudo indica, essa será a maior safra de laranjas que os governos brasileiros plantaram. Mais do que isso, o aprofundamento das investigações deve revelar a banda podre desse laranjal associada às milícias do Rio de Janeiro e a uma formação não transparente e pouco honesta do partido que o elegeu, evidenciando o quanto essa eleição foi ilegítima.

### **Mesas diretoras e comissões da Câmara e do Senado**

Neste início de ano foram eleitas as mesas diretoras de ambas as casas do Congresso Nacional, após a eleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ) para a presidência da Câmara dos Deputados e de Davi Alcolumbre (DEM-AP)

para a presidência do Senado Federal. No Senado, já foi indicada também a maior parte dos presidentes de comissões permanentes, enquanto na Câmara a distribuição deverá ser feita após o Carnaval.

A composição da mesa diretora do Senado Federal inclui, além do presidente, o 1º vice Antonio Anastasia (PSDB-MG), o 2º vice Lasier Martins (Podemos-RS), o 1º secretário Sérgio Petecão (PSD-AC), o 2º secretário Eduardo Gomes (MDB-TO), o 3º secretário Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e o 4º secretário Luis Carlos Heinze (PP-RS). O primeiro suplente é o senador Marcos do Val (PPS-ES), o segundo é o senador Weverton (PDT-MA) enquanto a terceira e a quarta suplência ficam com o senador Jaques Wagner (PT-BA) e a senadora Leila Bairros (PSB-DF), respectivamente.

No Senado também foram escolhidos os presidentes e as presidentas das Comissões Permanentes. Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da casa por dar o parecer de constitucionalidade para os projetos e propostas que tramitam no Senado, a presidência ficará a cargo da senadora Simone Tebet (MDB-MS), que chegou a disputar a presidência da casa mesmo após ter sido derrotada dentro do seu partido em favor do senador Renan Calheiros (MDB-AL).

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ficou sob a presidência do senador Omar Aziz (PSD-AM), enquanto a Comissão de Infraestrutura será presidida por Marcos Rogério (DEM-RO). A Comissão de Educação, Cultura e Esporte terá como presidente o senador Dário Berger (MDB-SC), e os senadores Romário (Podemos-RJ) e Paulo Paim (PT-RS) serão presidentes da Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos, respectivamente.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária será presidida por Soraya Thronicke (PSL-MS), a Comissão de Meio Ambiente por Fabiano Contarato (Rede-ES) e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS). A Comissão de Ciência e Tecnologia será presidida pelo senador Vanderlan Cardoso (PP-GO), enquanto a de Desenvolvimento Regional e Turismo ficará sob o comando do Senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Já a Comissão de Transparência e Controle será comandada pelo senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), enquanto a Comissão Mista de Orçamento será pre-

sidida pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI). Com as escolhas, o partido com maior número de comissões é o MDB, seguido do PSD e o PSDB.

Os outros partidos, como PSL, PT, PP, Rede, entre outros, terão uma comissão cada. A liderança da maioria ficou com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), enquanto o líder do governo será o senador Fernando Bezerra (MDB-PE). A liderança da minoria ficará a cargo do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Pelo PT, o senador Paulo Rocha lidera o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, formado em conjunto com o Pros. O líder da bancada do PT é o senador Humberto Costa (PT-PE).

Na Câmara dos Deputados, a mesa diretora está composta da seguinte forma: além do presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ), o 1º vice-presidente é o deputado e ex-ministro do governo Temer, Marcos Pereira (PRB-SP). O 2º vice é Luciano Bivar (PSL-PE), que preside o partido do governo. A 1ª secretária é a deputada Soraya Santos (PR-RJ), o 2º é o deputado Mário Heringer (PDT-MG), o 3º é o deputado Fábio Faria (PSD-RN) e o 4º é o deputado André Fufuca (PP-MA). Nas quatro suplências, respectivamente, os deputados Rafael Motta (PSB-RN), Geovania de Sá (PSDB-SC), Isnaldo Bulhões (MDB-AL) e Assis Carvalho (PT-PI).

A liderança do governo Bolsonaro na Câmara está a cargo do deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), e a liderança da oposição com Alessandro Molon (PSB-RJ). A maioria, bloco liderado pelo PSL, ainda não designou líder, enquanto a minoria é liderada pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ). O PT, maior bancada eleita, é liderado pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS). Apesar das comissões permanentes só serem instaladas depois do Carnaval, na Câmara, a CCJ deve ser antecipada para iniciar o debate sobre a reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro. A comissão, que é a mais importante da casa, ficará com o PSL, partido do governo, promessa de Maia para que este o apoiasse na eleição da Câmara. Informações veiculadas na imprensa ainda divergem sobre quais partidos ficarão com quais comissões permanentes. A definição deve se dar nas próximas semanas.